

# Migrações forçadas - Venezuela/BR-Rio de Janeiro: o processo de socialização e a representação social do trabalho

Forced Migrations - Venezuela/BR-Rio de Janeiro: The Socialization Process and the Social Representation of Work

**HELOISA HELENA FERRAZ AYRES**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil  
grupoficina.psi@gmail.com

**GABRIELLA DE OLIVEIRA SANTIAGO**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil  
gabriellasoliveira@hotmail.com

**THAMARA LUCIANA DA SILVA PROFILO**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil  
thprofilo@hotmail.com

## Abstract

According to UNHCR, Brazil is the Latin American country that most welcomed refugees in 2020. This article presents a survey of 63 Venezuelans established in Rio de Janeiro in 2018, through the partnership between the Extension Project: Socialization and Social Inclusion of the Institute of Psychology of UERJ and the Program for Assistance to Refugees and Refugee Applicants (PARES) Cáritas RJ. The objective was to map and analyze the impacts of these forced migrations on the socialization process, based on work as a device for social inclusion. The theoretical approach cuts across Psychology (Social, Labor and Organizational) and has Social Representations as a methodological basis. Data collection was performed using a questionnaire, structured in social representations about work and the future, based on free evocations and sociodemographic data. The tabulation of the data included the sociodemographic variables and the prototypical and similitude analyzes of the evocations. The results of this exploratory study demonstrated the presence of the central elements Stability and Quality of life in social representations, indicating work as a fundamental factor for social inclusion, facilitating the socialization process. Studies have shown that the country has a receptive legislation, encouraging social inclusion, with actions and programs that outline a peace culture. The research promoted the consolidation and expansion of the partnership with PARES Cáritas RJ, with the planning and execution of different actions aimed at meeting the demand of this social group, related to entering the Brazilian labor market, and, therefore, facilitators of the socialization process.

**Keywords:** Forced Migrations; Refuges; Work; Social Representation; Socialization Process; Social Inclusion; Peace Culture.

## Resumo

Segundo o ACNUR, o Brasil é o país latino-americano que mais acolheu refugiados em 2020. Este artigo apresenta uma pesquisa com 63 venezuelanos estabelecidos no Rio de Janeiro, em 2018, através da parceria entre o Projeto de extensão: Socialização e Inclusão Social do Instituto de Psicologia da UERJ e o Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (PARES) Cáritas RJ. O objetivo foi mapear e analisar os impactos dessas migrações forçadas sobre o processo de socialização, a partir do trabalho enquanto dispositivo de inclusão social. O enfoque teórico atravessa a Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações e como base metodológica as Representações Sociais. A coleta de dados foi realizada por questionário, estruturado em representações

sociais acerca do trabalho e futuro, a partir de evocações livres e dados sociodemográficos. A tabulação dos dados incluiu as variáveis sociodemográficas e as análises prototípicas e de similitude das evocações. Os resultados deste estudo exploratório demonstraram a presença dos elementos centrais Estabilidade e Qualidade de vida nas representações sociais, indicando o trabalho como fator fundamental para inclusão social, facilitador do processo de socialização. Os estudos apresentaram uma legislação receptiva no Brasil, estimulando a inclusão social, com ações e programas que delineiam uma cultura de paz. A pesquisa promoveu a consolidação e ampliação da parceria com o PARES Cáritas RJ, com o planejamento e execução de diferentes ações voltadas para atender a demanda desse grupo social, relacionadas ao ingresso no mercado de trabalho brasileiro, e, portanto, facilitadoras do processo de socialização.

Palavras-chave: Migrações forçadas; refúgio; trabalho; representação social; processo de socialização; inclusão social; cultura de paz.

## 1. Introdução

O século XXI apresenta um de seus grandes embates a ser enfrentado mundialmente: os deslocamentos forçados de pessoas ao redor do mundo. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR),<sup>1</sup> órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que apoia e protege refugiados no mundo, indica que, em 2019, 79,5 milhões de pessoas foram obrigadas a abandonarem suas casas, sendo 26 milhões de refugiados, 45,7 milhões de deslocados internamente e 4,2 milhões de solicitantes de refúgio (ACNUR, 2020a). Um deslocamento forçado que se configura como um mundo “em guerra”, onde o indivíduo se vê na condição de que, para sobreviver, é preciso sair de seu país, de suas origens e buscar abrigo em outras culturas. Portanto, como descreve o ACNUR, 1% da população mundial foi forçada a fugir como consequência de perseguições e situações de conflito (ACNUR, 2020a).

Os motivos para tal deslocamento são variados, mas atualmente, de acordo com o ACNUR (2020a), 68% são oriundos de cinco países: Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Myanmar. Estes países afetados pelo conflito armado, levam sua população à separação de suas famílias, a destruição do sistema de saúde e de trabalho. As pessoas deixam suas casas e meios de sobrevivência e fogem em busca de segurança. Uma violência que ameaça a paz e a estabilidade dos povos e que vem se impondo mundialmente em contrapartida à uma cultura de paz (ACNUR, 2020a). Uma Cultura de Paz, de acordo com a ONU, refletida em diferentes ações conduzidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é definida na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz (ONU, 1999), de 13 de setembro de 1999, artigo 1º como: “um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação”.

Jiménez Bautista (2020) aponta que para se cultivar uma cultura de paz é preciso compreender a paz como uma realidade social, onde todos os sujeitos são partícipes de sua construção. É preciso trabalhar todas as formas de paz e da não violência, sabendo gerir de forma apropriada os conflitos existentes e minimizando qualquer tipo de violência, em principal, a violência estrutural que fomenta a pobreza e a exclusão. No campo das migrações forçadas a vivência de conflitos culturais e risco social têm como consequência a dificuldade da inclusão social, pois nem todos os migrantes conseguem ser incluídos em uma

1. UNHCR em inglês

nova cultura e se encontram vulneráveis a qualquer tipo de violência. Sendo assim, os estudos e pesquisas sobre as migrações devem considerar as realidades sociais dos países de origem e aquelas que os recebem com o objetivo de implementar ações que favoreçam o processo de socialização, de inclusão social.

Jiménez (2020) indica que a construção de uma cultura de paz seria o resultado da soma de estágios de paz, os quais caminham em contínua transformação e se relacionam com o desenvolvimento humano e sua educação. Configura-se a paz como escolha pela não violência e pela mediação pacífica dos conflitos. Assim, destaca-se que os conflitos humanos geralmente estão associados a vulnerabilidade, resiliência e sustentabilidade. Galtung (2005) classifica a necessidade da construção de uma paz sustentável, com a mediação dos conflitos, sem adotar ações violentas, para que seja possível uma estabilidade social.

Dessa forma, em uma visão integrada e complexa do tema refúgio, uma cultura de paz deve ser o objetivo das sociedades humanas para a inclusão social dessa população, com ações sociais e políticas que busquem a construção de uma sociedade mais equânime, preocupada com todos os seus cidadãos, sem discriminação, preconceitos, portanto, uma sociedade mais igualitária.

No Brasil, há mais de duas décadas, a Lei 9.474 (1997) orienta o processo de refúgio ao garantir os direitos sociais e deveres aos refugiados e solicitantes de refúgio, definindo os procedimentos para esta população. O ACNUR (2020b) assinala o Brasil como o país que mais reconheceu refugiados venezuelanos, cerca de 46 mil, até agosto de 2020. Desta maneira, o presente artigo apresenta uma trajetória sobre o refúgio no mundo, as políticas públicas nacionais e internacionais orientadoras dos diversos organismos mundiais comprometidos com o tema e, finalmente, a pesquisa de campo desenvolvida junto à população venezuelana do Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (PARES) Cáritas RJ e pelo Projeto de Extensão Socialização e Inclusão Social - movimento dos grupos sociais do Instituto de Psicologia (IP) da UERJ. O objetivo foi mapear, analisar e levantar os impactos dessas *migrações forçadas* sobre o *processo de socialização*, a partir do *trabalho* enquanto dispositivo de *inclusão social*, bem como levantar ações que pudessem contribuir para minimizar tais impactos e se repensar as políticas públicas brasileiras. A proposta é a busca de ações que venham favorecer a inclusão social desses refugiados e solicitantes de refúgio, a partir de uma cultura de paz. Isto é, ações que venham a promover os direitos humanos, as liberdades fundamentais, a liberdade de expressão e uma sociedade igualitária (Jiménez, 2020).

## 1.1. Marcos do refúgio no mundo

Desde a antiguidade e ao longo da nossa civilização, presenciamos períodos de crises extremas e intensos deslocamentos forçados, como por exemplo as Guerras Púnicas antes de Cristo e as guerras religiosas no século XVII na Europa. No século XX, a Revolução Russa e as guerras mundiais tiveram como consequência um aumento significativo destes deslocamentos (Silva, 2017). Castro, Silva, Vallim e Nakamura (2009), estimam que após o término da Segunda Guerra Mundial, havia mais de 40 milhões de refugiados, o que acarretou um maior debate sobre a proteção dessa população refugiada.

Devido a esta configuração, na década de 50, o ACNUR foi criado pela Resolução nº 428 da Assembleia das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1950. Em 1951, aconteceu a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, conhecida também como Convenção de Genebra de 1951 (ACNUR, 2020c), que estabeleceu diretrizes que orienta-

ram e orientam o ACNUR, definindo o que é um refugiado, seus direitos, e determinando o direito de asilo, bem como as responsabilidades das nações concedentes. Sendo assim, pela primeira vez, formalmente se estabelece e esclarece a condição de refugiado, descrito como aquele que é forçado a deixar seu país de origem por sofrer perseguições relacionadas a questões de raça, religião, opinião política, ou por pertencer a determinado grupo social ou estar vivenciando uma guerra e sofrer graves violações dos direitos humanos (ACNUR, 2020d).

Paralelamente, em 1951, se dá a criação da principal organização intergovernamental ativa a nível global, líder no contexto das migrações (ONU, 2020), a Organização Internacional das Migrações (OIM). A OIM foi criada para atuar nos complexos embates que perpassam a migração e possui estreita relação de cooperação com governos, sociedade civil e outras organizações. Atualmente, a OIM está presente em mais de 100 países com escritórios regionais e centros administrativos, tendo 173 países membros, estando presente nos cinco continentes.

Destaca-se que, ao longo do tempo, diante das novas situações geradas por conflitos, perseguições e novos fluxos de migrações forçadas, outras providências para uma maior proteção às pessoas, que necessitam de refúgio, foram estabelecidas nas Assembleias das Nações Unidas. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, foi apresentado um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados, que teve como objetivo ampliar a aplicação do Estatuto, entrando em vigor em 4 de outubro de 1967. Sendo assim, a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 são os instrumentos que possibilitam a qualquer pessoa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país.

A situação do refúgio, atualmente, em âmbito mundial, enfrenta um dos seus períodos mais complexos desde as guerras mundiais (Silva, 2017; ACNUR, 2020a). Os dados estatísticos demonstram significativo aumento dos deslocamentos forçados pelo mundo, atingindo cada vez mais novos países em seu fluxo migratório, como no caso, o Brasil. Na contemporaneidade, 73% dos refugiados se deslocam para regiões e países vizinhos. Isto explica a sobrecarga das fronteiras na Europa, porta de entrada dos refugiados advindos de países como Síria, Sudão e Afeganistão. Como também, explica a situação dos países sul-americanos com a situação de crise humanitária na Venezuela (ACNUR, 2020a).

Todavia, destaca-se como grandes protagonistas causais a globalização, a partir da adoção de princípios neoliberais, que intensificou as desigualdades econômicas, como também, os conflitos gerados no período pós Guerra Fria (Castles, 2010). Os fatores climáticos e ambientais também assumem responsabilidade no fluxo do refúgio (Silva, 2017).

O Brasil vem vivenciando a realidade do refúgio de forma intensa, desde o início da crise socioeconômica da Venezuela que levou venezuelanos a condições de miséria e desesperados por abrigo em países vizinhos. Aproximadamente 4,5 milhões de venezuelanos saíram de seu país em busca de abrigo e melhores condições, sendo considerado o “maior êxodo na história recente da região” (ACNUR, 2020e, p. 1).

## 1.2. Cenário venezuelano e a recepção brasileira – ações de acolhimento

Com a grave crise política, econômica e social instaurada na Venezuela, a população deste país vem sofrendo uma profunda violação dos seus direitos fundamentais, sendo qualificada pela comunidade internacional como uma crise humanitária. A falta de comida e remédios, o deterioramento do sistema de saúde, a violência e a repressão pelo Estado, a diminuição acelerada do poder de compra, a falta de trabalho, entre outros as-

pectos têm feito com que os venezuelanos sejam obrigados a migrar e a buscar proteção em outros países (Anistia Internacional, 2019).

De 2014 ao final de 2019, aproximadamente 4,5 milhões de pessoas deixaram a Venezuela e, como a situação no país ainda é instável, até o final de 2020 poderá ser o país com maior número de refugiados no mundo (ACNUR, 2020a; ACNUR 2020d). O Brasil é um dos principais destinos dessa população, estima-se que cerca de 264 mil venezuelanos vivem atualmente no território nacional, apresentando um fluxo médio de 500 venezuelanos atravessando a fronteira diariamente, sobretudo através do Estado de Roraima (RR), ao norte do país (ACNUR, 2020e).

Diante desse grande êxodo venezuelano em direção ao Brasil, principalmente pela fronteira de Pacaraima, no Estado de Roraima, a fim de organizar a chegada e a interiorização desses indivíduos, o governo brasileiro criou em 2018 a Operação Acolhida (Lei 13.684, 2018). O objetivo dessa operação é receber os cidadãos venezuelanos com dignidade e está baseada em três eixos: 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro; 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e 3) interiorização – deslocamento voluntário de venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica. (Brasil, 2019b). A operação é coordenada pelo Ministério da Casa Civil e conta com o apoio de mais 9 órgãos do Estado, além de parceiros como as Nações Unidas, Sociedade Civil, Instituições Religiosas, Iniciativa Privada, Estados e Municípios (Brasil, s.d.a).

A Operação Acolhida vem promovendo a inclusão social desses refugiados e soluções duradouras, principalmente, pela interiorização, que tem por finalidade a realocação voluntária dessas pessoas para outros Estados brasileiros. Em todo o processo, desde a saída de Roraima até a chegada na cidade destino, os refugiados são acompanhados e assistidos. Até 11 de maio de 2020 já foram interiorizadas 35.567 pessoas para mais de 376 cidades em 24 estados brasileiros (Brasil, s.d.b).

Perante a esse quadro de grande fluxo de deslocamentos de venezuelanos, e por questões de ordem prática e de urgência, foi adotado o reconhecimento coletivo da condição de refugiado, buscando acelerar esse processo, dispensando das entrevistas, venezuelanos que atendem aos seguintes critérios: estar vivendo no Brasil; não possuir qualquer tipo de permissão de residência; ter mais de 18 anos; possuir um documento de identidade venezuelano; e não ter antecedentes criminais no Brasil (Brasil, 2019a). O procedimento foi aprovado em dezembro de 2019, beneficiando cerca de 21 mil venezuelanos, e até agosto de 2020, já foram reconhecidos cerca de 46 mil refugiados venezuelanos, se tornando o Brasil, o país com o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina (ACNUR, 2020b). Assim, esse mecanismo adotado pelo Brasil, através do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), é o reconhecimento do Estado brasileiro, da situação grave e generalizada de violação de direitos humanos na Venezuela (ACNUR, 2018; ACNUR 2019).

### 1.3. Trajetória histórica da legislação brasileira de imigração

A trajetória do Brasil em receber refugiados apresenta uma sequência de fatos históricos e leis entre os séculos XIX e XX. No período da República Velha, que se estendeu de 1889 a 1930, houve um estímulo à imigração de europeus e restrições à chegada de outros povos. Na Era Vargas, período da história do Brasil entre 1930 e 1945, foram aplicadas medidas referentes a “regimes de cotas por nacionalidade, expulsão e deportação de es-

trangeiros” (Souza & Obregón, 2018, p. 4). O Decreto-Lei nº 406 (1938) criou o Conselho de Imigração e Colonização, que tinha um caráter técnico, tendo como objetivos principais: - determinar cotas de admissão de estrangeiros; - deliberar sobre os pedidos relativos à introdução de estrangeiros; e - decidir a respeito das solicitações de empresas, associações ou particulares que desejassem introduzir estrangeiros no país, estabelecendo os princípios gerais da política imigratória brasileira, de fato, seletiva.

Após o fim da Era Vargas e o período após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil seguiu as influências internacionais e se mostrou mais tolerante às políticas migratórias, se comprometendo através de um acordo com as Nações Unidas em receber refugiados provenientes da guerra. Entretanto, ainda se pregava uma política de imigração seletiva e com foco em mão de obra especializada. No período do Regime Militar (1964-1985), devido à política ditatorial instaurada, o país passou “a se tornar um produtor de refugiados” (Souza & Obregón, 2018, p. 6). Somente a partir da redemocratização na década de 80, que ocorreu a abertura do país para refugiados e estrangeiros, através da Portaria Interministerial de 1991 que atribuiu ao Ministério das Relações Exteriores a função de autorizar a entrada de indivíduos no país na condição de refugiados.

O grande avanço na política migratória brasileira foi a implementação da Lei nº 9.474 (1997). Como pontua Ayres *et al.* “a lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (Brasil, 1997) que institucionalizou a responsabilidade do governo brasileiro para com esta população” (Ayres *et al.*, 2018, p. 261) pode ser considerada uma das leis mais amplas e modernas e um dos marcos normativos brasileiros, na medida em que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

A lei brasileira foi reconhecida pela ONU por sua abrangência ao consolidar critérios, direitos e deveres do indivíduo refugiado, além de determinar e atribuir poderes a autoridades e a órgãos específicos para regerem todo o processo. O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) foi elaborado a partir dessa legislação e se mostra atuante em consonância com o ACNUR nas questões voltadas para o refúgio no território brasileiro. Em 24 de maio de 2017 foi instituída e passou a ter validade a Lei nº 13.445 (2017), Lei das Migrações, que substituiu o Estatuto dos Estrangeiros de 1980, e demonstrou um caráter mais abrangente e humanizado no tratamento a estrangeiros, imigrantes, incluindo refugiados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas (Oliveira, 2017).

Não obstante, mostra-se válido pontuar que nem todos os Estados e Municípios brasileiros possuem políticas públicas e serviços voltados para atender os refugiados. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 3.876 Municípios com a presença de pessoas em situação de refúgio, apenas 215 possuíam algum serviço. Os Estados fronteiriços, aqueles que mais recebem refugiados, não possuem políticas específicas e acabam vivenciando crises sociodemográficas e humanitárias, como foi o caso dos Estados de Rondônia e Roraima com a chegada de venezuelanos. Devido à falta de padronização de políticas públicas para os Estados e Municípios, as ações mais assertivas de assistência direta para a população refugiada ficam a cargo de instituições da sociedade civil.

#### **1.4. A sociedade civil no acolhimento aos refugiados e solicitantes de refúgio-a situação do Rio de Janeiro**

O Rio de Janeiro, foco do estudo, até agosto de 2019 assumia a segunda posição entre os Estados que mais receberam imigrantes (167.534 indivíduos), e a quarta posição em

relação a refugiados venezuelanos (3.971 indivíduos) (Polícia Federal, 2019). Esta situação reflete a importância do Estado do Rio de Janeiro no processo de acolhimento aos refugiados que chegam no Brasil e a necessidade de mapearmos algumas das instituições representantes da sociedade civil que apresentam atuação efetiva junto à essa população.

Entre as diversas organizações atuantes no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, organização não governamental, presente em outros países, fundada no Brasil em 1976 pela Igreja Católica, sendo pioneira na assistência a refugiados, acolhendo indivíduos, perseguidos políticos, oriundos de países que estavam submetidos a regimes militares.

A Cáritas RJ, com o apoio do ACNUR, atua em parceria com o CONARE desenvolvendo o Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (PARES) Cáritas RJ. O Programa recebe o apoio de diversos setores da sociedade como empresas privadas, universidades e órgãos públicos, sendo o Programa mais atuante no Rio de Janeiro, promovendo assistência a refugiados de mais de 60 nacionalidades. Segundo o site do PARES Cáritas RJ, em 2020, 5.082 pessoas foram assistidas e 19.070 foram atendidas, de origem dos seguintes países: Venezuela, República Democrática do Congo, Angola, Colômbia, Cuba, Senegal, Síria, Guiné Bissau, Marrocos, Nigéria, Togo, Bangladesh, Argentina e Haiti (PARES Cáritas RJ, 2020).

O PARES Cáritas RJ vem construindo parcerias com o objetivo de combater as barreiras sociais e econômicas. Portanto, o Programa tem como foco acolher refugiados e solicitantes de refúgio, de modo a mediar sua inserção na sociedade brasileira, assegurando que esta população tenha os seus direitos adquiridos, ou seja, a garantia às políticas públicas voltadas para saúde, habitação, educação, entre outras. Os objetivos que permeiam a atuação do programa são o Acolhimento, a Proteção Legal e a Integração Local desses indivíduos que chegam ao Brasil na esperança de reconstruir suas vidas em paz e segurança (Ayres *et al.*, 2018)

Um dos destaques da atuação do PARES Cáritas RJ é o projeto “Casa da Acolhida Papa Francisco”. A Casa da Acolhida é um abrigo temporário destinado a mulheres venezuelanas que chegam ao país sob extrema vulnerabilidade. O projeto nasceu da parceria entre o ACNUR, o Colégio Católico Santo Inácio e a Paróquia Imaculada Conceição, do Recreio dos Bandeirantes (RJ), e faz parte do processo de interiorização do governo brasileiro. Na Casa de Acolhida Papa Francisco, as venezuelanas permanecem por um período de três meses e são assistidas pelos serviços oferecidos pelo PARES Cáritas RJ, como atendimento psicológico e social, cursos de capacitação, aulas de português e serviços de advocacia.

Outra iniciativa do ACNUR a ser destacada é a implantação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em 2003, em colaboração com as universidades nacionais e o CONARE. Essa denominação tem como origem a homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto no Iraque em 2003, que teve sua carreira profissional nas Nações Unidas atuando com refugiados. A CSVM fornece apoio aos processos de integração de refugiados e solicitantes de refúgio, orientando e atuando para que seus direitos sociais sejam garantidos. A Cátedra tem como objetivo “promover a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada para a população em condição de refúgio” (ACNUR, 2020f). Dentre as diversas atividades, ressalta-se ações voltadas para a capacitação de docentes e alunos na área do refúgio, como também, projetos comunitários, abrindo para a população refugiada o acesso à universidade.

A CSVM está presente em nove Estados e no Distrito Federal, sendo composta por 22 instituições de Ensino Superior. No Rio de Janeiro, quatro fazem parte da Cátedra, a saber: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Na UERJ, a Cátedra é composta por 60 docentes e discentes de 15 unidades acadêmicas da UERJ, que desenvolvem projetos de extensão, pesquisa e disciplinas voltadas para o tema do Refúgio, tendo estabelecido uma parceria com o PARES Cáritas RJ.

Outras instituições representantes da sociedade civil colaboram com ações junto aos refugiados que chegam ao Rio de Janeiro. Assim, torna-se relevante enfatizar ser imprescindível a participação tanto dos representantes do Estado, mas da Sociedade civil, através dos movimentos sociais, da academia, representada pelos projetos de extensão e pesquisa, divulgando e multiplicando as informações.

### **1.5. O campo da pesquisa: o Projeto de Extensão Socialização e Inclusão Social – movimento dos grupos sociais IP/UERJ - parcerias estabelecidas**

Mediante o exposto, o atual cenário econômico, político e social mundial nos convida a pensar de forma integrada e complexa sobre a situação da migração forçada. O Projeto de Extensão Socialização e inclusão social – movimento dos grupos sociais relacionado ao campo da Psicologia Social do Trabalho e Organizacional do IP da UERJ surgiu no Estágio curricular no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), tendo como base as discussões sobre a complexidade na contemporaneidade e a importância de estudos integrados das relações sociais, do movimento dos grupos sociais, do trabalho e das organizações sociais, propiciando meios de ampliação do espaço de pesquisa-intervenção.

O Projeto teve sua origem em 2017, a partir da parceria com o PARES Cáritas RJ e com o Projeto Vidas Paralelas Migrantes - perspectivas Brasil/França - CAPES/COFECUB (PVP - Migrantes), constituído no Brasil pelos Programas de Pós-Graduação: em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB) e em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio da participação dos estudantes estagiários como observadores nas oficinas de Direitos Humanos e Fotografia para Adultos Refugiados, gerando, em 2018, o capítulo: Work, Refuge and Social Inclusion (Ayres *et al.*, 2018).

No início de 2018, o Projeto passou a integrar a CSVM, tendo como objetivo contribuir com a reflexão sobre a realidade dos migrantes/refugiados do Rio de Janeiro e ampliar os estudos sobre o tema. Em junho de 2018, foi consolidada a parceria com o PARES da Cáritas RJ a partir da realização de Oficinas e pesquisas junto aos refugiados e solicitantes de refúgio, a partir do tema: Trabalho e Refúgio. Assim, o Projeto de Extensão Socialização e inclusão social – movimento dos grupos sociais, cadastrado em 2018 no Departamento de Extensão da UERJ, vem desenvolvendo ações sincronizadas de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a população refugiada, de modo a contribuir para a construção de políticas públicas e identificar caminhos de inserção desse grupo na sociedade.

Os objetivos do projeto estão pautados em: conhecer a cultura, o cotidiano, o trabalho, as trajetórias, as necessidades dos refugiados; conhecer os refugiados e solicitantes de refúgio a partir de suas próprias perspectivas, de seus próprios relatos, de suas crenças e valores, em um processo de reconhecimento do processo de socialização; explorar suas expectativas e perspectivas frente à inclusão social e a criação de condições para que cada participante, possa (re)pensar e rever esta etapa da vida. O projeto conta com a participa-

ção de bolsistas e estudantes voluntários do IP, possibilitando um espaço de ampliação da formação no campo da Psicologia sobre o tema.

A proposta do Projeto é apresentar uma Concepção Psicossocial Integrada (Ayres, 2012; 2018), com foco nos estudos sobre o processo de socialização, como descreve Martin-Baró “entender la socialización como aquellos procesos psicosociales en los que el individuo se desarrolla históricamente como persona y como miembro de una sociedad” (Martin-Baró, 1982, p. 163), o pressuposto é que os indivíduos atravessam situações similares no processo de entrada em um grupo, em uma instituição ou em uma cultura. Para Martin-Baró (1982) a socialização se configura a partir de processos psicossociais, nos quais o sujeito se constitui ao mesmo tempo como um indivíduo e um ser social. Neste sentido, fazer parte de grupos sociais significa compartilhar crenças e satisfazer suas necessidades interpessoais.

Uma das bases do Projeto é a premissa que o trabalho, ou seja, estar empregado, é um dos dispositivos para a inclusão social, facilitador do processo de socialização. Os estudos e pesquisas sobre o trabalho (De Masi, 2000; Dejours, 1993; 2014) indicam que a construção da identidade individual e social apresenta, como uma das bases, o espaço do trabalho, a partir das trocas cotidianas estabelecidas nas relações sociais. Além disso, pode se afirmar que na contemporaneidade, o trabalho representa um valor social fundamental para o estabelecimento da identidade social, portanto, facilitador do processo de socialização dos indivíduos em uma sociedade.

As políticas públicas internacionais dão ênfase sobre o papel do trabalho para inclusão social. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) definiu, em 1999, o conceito de Trabalho Decente como o “compromisso de garantir a todas as pessoas oportunidades de trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade” (p. 1), considerando uma política prioritária. Pode-se citar, ainda, a Comissão das Comunidades Europeias (2003) que considera o emprego um agente para se erradicar a pobreza e a exclusão social, sendo estes refletidos pela discriminação, desigualdades e confrontos na contemporaneidade. A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável de 2015 também tem como foco em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o emprego, afirmando no ODS 8, a importância de “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. (ONU, 2020, p. 1) No Brasil, a OIT possui uma representação, desde a década de 50, tendo como uma das principais ações, em junho de 2003, o compromisso do Brasil de atuar para o estabelecimento do Trabalho Decente, disponibilizando em 2006 a Agenda Nacional de Trabalho Decente (OIT, 2016).

Portanto, em 2018, a Equipe do Projeto desenvolveu uma pesquisa de mapeamento e análise da situação dos refugiados e solicitantes de refúgio em atendimento no PARES Cáritas no Rio de Janeiro. Esta pesquisa contou com o Projeto de Extensão Socialização e inclusão social – movimento dos grupos sociais do IP da UERJ em parceria com o Projeto PVP - migrantes e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ do IP da UERJ e com o PARES Cáritas RJ.

A pesquisa envolveu uma amostra de 63 sujeitos venezuelanos, refugiados e solicitantes de refúgio que são atendidos pelo PARES Cáritas RJ, tendo como instrumento um questionário pautado em evocações livres e dados sociodemográficos. O objetivo foi mapear e analisar os impactos dessas migrações forçadas sobre o processo de socialização, a partir do trabalho enquanto dispositivo de inclusão social para o estabelecimento de uma cultura de paz. Um dos resultados importantes foi a continuidade do Projeto com o desen-

volvimento de Oficinas: Trabalho, Profissão e Mercado de Trabalho – uma trajetória de experiências, percorrendo os seguintes temas: 1- Trajetória individual e do grupo; 2- Mapeamento Diferenças Culturais - País de origem e atual; 3 - Trabalho, Profissão e Mercado de trabalho - Trajetória de trabalho; 4 - Processo de socialização – Plano de ação individual e grupal – Trabalho; 5 - Conhecendo o grupo ; Educação Financeira; 6 - Conhecendo o grupo; Seleção: - Currículo criativo – Entrevista de Seleção; 7 - Conhecendo o grupo – Pesquisa Trabalho; - Criatividade e Empreendedorismo.

Os relatos dos atores sociais atendidos no PARES Cáritas RJ corroboram a importância da pesquisa e das diferentes ações desenvolvidas pelo Projeto ao afirmarem que:

Enquanto recém-chegados, vivenciam o desemprego com muito sofrimento, principalmente, comparado com a vida que tinham no país de origem, relatam sintomas como insônia e dores de cabeça – desencadeados por pensarem repetitivamente em como se sustentarem financeiramente; sentem vergonha pela necessidade de pedir ajuda (Ayres *et al.*, 2018, p. 266).

## 2. Método - a pesquisa: o campo das Representações Sociais – teoria e prática

A pesquisa com refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos utilizou enquanto base metodológica o campo das Representações Sociais, a partir da Teoria do Núcleo Central (Abric, 2000; 2003), utilizando-se a técnica das evocações livres para mapear as Representações Sociais do Trabalho e Futuro do grupo estudado.

Inaugurado por Serge Moscovici, psicólogo francês na década de 70, o campo das representações sociais, ao mesmo tempo, engloba fenômenos sociais, como também nos apresenta uma teoria que sustenta explicações sobre comportamentos sociais (Sá, 1998). Este campo se desenvolveu nas esferas da Psicologia Social ao englobar fenômenos do cotidiano, difundidos por meio das relações interpessoais vividas, no qual as pessoas em interação, formulam, compartilham ideias, opiniões e julgamentos advindos de suas experiências pessoais e grupais (Vala, 2013).

Segundo Jodelet, as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22). Trata-se de um fenômeno social na medida em que, as representações sociais estão presentes em todas as situações e ambientes, nos quais as pessoas se encontram e se relacionam.

As Representações Sociais refletem como as pessoas constroem um mundo significativo para justificar suas ações na vida cotidiana e o modo como se relacionam umas com as outras. Este conhecimento se constitui via interação social e é estruturado em contextos sociais diversificados, o que permite a formação de distintos grupos sociais que se estruturam a partir de uma identificação comum (Vala, 2013). Para Sá, as Representações Sociais “fazem parte da vida em sociedade” e desenvolvem um conhecimento “em um verdadeiro ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana” (Sá, 1993, p. 26).

Enquanto teoria, o campo das representações vem iluminar as origens, formas e estruturas que este pensamento social se faz presente na sociedade e suas implicações nas constituições de relações e ações nas esferas social e individual. Vala (2013) apresenta que a Teoria das Representações Sociais correlaciona os processos cognitivos e os processos sociais, agindo sobre o pensamento individual e coletivo. Ou seja, o pensamento social

está situado no imaginário público e coletivo, no qual se expressam as crenças coletivas que se propagam nos grupos presentes na sociedade.

As Representações Sociais atravessam qualquer posição social e endossam o caráter protagonista que sujeitos e grupos possuem na construção da realidade social. Sá diz que “trata-se com certeza, de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam. Mas não sozinhos” (Sá, 1993, p. 27). A partir da interação social, os sujeitos processam e transformam informações, geralmente advindas do conhecimento científico. Moscovici (2003) irá chamar os conhecimentos advindos da ciência, de um universo reificado, aquele de conhecimento “inquestionável”. A importância deste universo científico se encontra na medida em que o sujeito se apropria destas informações, produzindo conhecimentos práticos que irão influenciar na sua conduta humana. Diante da relação dinâmica entre apropriação e produção de conhecimento, base de formação de uma representação social, o princípio básico é o de “tornar o não-familiar em familiar” (Sá, 2007, p. 589).

Esta familiarização se constrói a partir dos processos de ancoragem e objetivação que trazem o desconhecido para o conhecido. Moscovici (2003) sinaliza que o tornar familiar é regido por pensamentos baseados na memória e experiências anteriores. De acordo com este autor “é dessa soma de experiências e memórias comuns que nós extraímos imagens, linguagem e gestos necessários para superar o não-familiar, com suas conseqüentes ansiedades” (Moscovici, 2003, p.78). Assim, ancorar e objetivar implicam na formação de paradigmas que se constroem por meio de processos de categorização dos objetos desconhecidos, o que implica na formação de pré-julgamentos, além de dar rosto ao que se é representado. É materializar o que ainda é abstrato, através da relação entre ideias e imagens.

A representação social atua como organização significativa que abrange aspectos contingenciais e ideológicos de um grupo. Como também, um sistema de interpretação da realidade, na qual orienta as ações e as relações estabelecidas. Atua como um sistema de pré-codificação por compreender um conjunto de antecipações e expectativas (Sá, 2011). Desta forma, possui como característica uma visão funcional do mundo, pois permite aos sujeitos darem sentido às suas condutas, oferecendo sistemas de referências em grupo, oferecendo a adaptação da realidade em prol desta visão de mundo. Portanto, estudar representações sociais é mapear e compreender o pensamento social dos grupos (Abric, 2000). Assim, a sociedade deve ser tratada como um sistema econômico, político e pensante (Sá, 1993).

Como exemplo de representações sociais disseminadas na sociedade, Moscovici (2005) traz o exemplo da compressão da doença da Aids. No início, quando a doença começou a se manifestar, a sociedade não sabia do que se tratava. O desconhecimento gerava estranheza e insegurança. Esta situação mostrou-se propícia para a constituição de uma representação a partir da interpretação do desconhecido e das associações das ideias com imagens e símbolos já existentes. A associação, por exemplo, com outras doenças infecciosas ou letais, ultrapassou as barreiras do que é considerado lógico ou de bom senso.

Diante destas referências, a proposta é refletir a questão do refúgio e as representações sociais que o cercam e que, possivelmente, sustentam ações/attitudes e políticas mais restritivas ou inclusivas em relação a este grupo. Nesta pesquisa o foco foi este grupo de refugiados e solicitantes de refúgio, venezuelanos, que mesmo acometidos pelas situações vulneráveis da vida, elaboram e partilham representações a respeito de suas expectativas e cenários de vida em um novo país. Neste sentido, ao estudarmos o Trabalho e o Futuro

ro, enquanto objetos de representação social desses protagonistas, sujeitos venezuelanos, analisamos os elementos que constituem estas representações, a partir da sua organização e significados. Assim, com o objetivo de explorar as representações sociais em seu caráter prático para pesquisa social (Sá, 2007) fez-se uso da abordagem complementar à Teoria das Representações Sociais, a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (2000; 2003), desenvolvida nos anos 80.

A Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais (Abric, 2000; 2003) parte do princípio de que uma representação social é estruturada por um conjunto de elementos pautados em crenças, opiniões, atitudes e informações que se organizam em dois subsistemas, classificados de sistema central e sistema periférico. Isto é, a partir do reconhecimento dos elementos que compõem uma representação, é possível identificar quais são seus elementos fundamentais/centrais e complementares/periféricos. Os elementos classificados como centrais são aqueles que sustentam o significado da representação, a partir de crenças, opiniões e atitudes, permitindo que a representação seja compartilhada e validada por grupos sociais. Abric (2003) ressalta que os elementos do sistema central se mostram com características distintas. Existem elementos que são mais decisivos que outros e que geram duas classes de elementos centrais: os elementos funcionais – elementos que estão ligados às características descritivas, determinando as condutas relativas ao objeto; e os elementos normativos – ligados à ideologia do grupo, determinando os julgamentos e os posicionamentos relativos ao objeto. Sendo assim, o núcleo central realiza um papel avaliativo e pragmático. Avaliativo no sentido de justificar os julgamentos gerados no grupo e pragmático por atribuir práticas específicas. Já os elementos periféricos, são aqueles que permitem que a representação seja contextualizada, tornando-a compreensível em um dado momento histórico. De forma geral, é na periferia que se encontram os prescritores condicionais da representação social, nos quais alguns significados são negociáveis e contextualizados. O esquema periférico possibilita a orientação e a reação dos sujeitos no momento presente (Abric, 2000).

A partir desses fundamentos sobre o campo das representações sociais e sua metodologia de análise, o instrumento aplicado foi um questionário contendo evocações livres acerca das expressões representativas *Trabalho* e *Futuro* e questões sociodemográficas voltadas para sua vida profissional e pessoal no território de acolhida.

A técnica das evocações livres possibilita um rápido acesso aos conteúdos presentes na memória de forma objetiva e espontânea, ao pedir que indivíduo responda prontamente à expressão apresentada (Oliveira, Marques, Gomes, & Teixeira, 2005). Considera-se que os elementos mais importantes e representativos são aqueles mais acessíveis à consciência, sendo os primeiros a serem lembrados e evocados. Desta forma, cada participante respondeu até três palavras ou expressões para cada objeto representacional apresentado: Trabalho e Futuro.

## 2.1. Perfil da Amostra

Os participantes da pesquisa são refugiados ou solicitantes de refúgio venezuelanos, atendidos no PARES Cáritas RJ. Sendo assim, somaram 63 participantes de nacionalidade venezuelana, sendo 60% do sexo feminino; 35% do sexo masculino e 5% outro, com idade média de 37 anos, desvio padrão de 12,1; 53% são considerados adultos jovens e estão na faixa entre 30 e 45 anos.

A respeito da formação educacional, 42% possuem ensino médio e 37% ensino superior e 21% não possuíam a formação básica. Entre os dados profissionais, apenas 40% responderam que estavam trabalhando naquele momento, sendo 31% de forma autônoma/informal. Ao todo, 63% dos respondentes afirmaram não receber nenhum benefício governamental ou de qualquer instituição privada. Em relação aos motivos que os fizeram deixar o país de origem, 84% estavam à procura de melhores condições de vida. Em relação ao apoio familiar, 95% deixaram seus familiares na Venezuela e 93% manifestaram expectativas de trazê-los para o Brasil.

## 2.2. Técnica de Análise dos Dados

No que se refere à análise dos dados, inicialmente, foi realizada a análise prototípica das evocações livres, possibilitando um maior conhecimento dos possíveis elementos que compõem uma representação. A partir do critério de lematização, explicitado por Oliveira *et al.* (2005), as palavras foram agrupadas a partir do mesmo radical e classe. Calculou-se a frequência e a ordem média de cada palavra evocada, gerando um corpus organizado, separado em quadrantes que indicaram os candidatos ao núcleo central e periférico, apresentando o caráter normativo, funcional ou imagético dos elementos. Importante ressaltar que o primeiro quadrante (da esquerda para a direita) apresenta os possíveis candidatos ao núcleo central.

A análise da similitude (Flament, 1985) também utilizada na pesquisa é uma técnica confirmatória com o propósito de estudar as relações entre os elementos representacionais. Utilizando o índice de Jaccard (Wolter & Wachelke, 2013), a análise de similitude permitiu a organização dos dados, apresentando os elementos que demonstraram forte e baixa conexão com outros, demonstrando sua centralidade e periferia.

Todas as análises para os termos indutores (Trabalho e Futuro) foram realizadas no software Iramuteq de análise de dados textuais que agrupa e organiza o conteúdo através das semelhanças do vocabulário. As informações sociodemográficas foram tratadas a partir de técnicas estatísticas.

Foram considerados os procedimentos éticos no que diz respeito aos seres humanos e foi esclarecido para os sujeitos participantes, que o estudo se trata de uma pesquisa sem fins lucrativos e sem remuneração pela participação. Também foi esclarecido a preservação do anonimato e da confidencialidade, como também a não obrigatoriedade do preenchimento do questionário. A desistência frente a participação poderia ocorrer a qualquer momento sem custo ou dano algum.

## 3. Resultados

### 3.1. Representação Trabalho

#### 3.1.1. Análise prototípica

A tabela 1, gerada pelo software Iramuteq referente às evocações dos refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos do objeto Trabalho, teve seu ponto de corte de frequência  $\leq 4$  e de ordem média de evocação  $\leq 1,83$ . Os possíveis candidatos a elementos centrais da representação do Trabalho foram os elementos com maiores frequências e baixa ordem de evocação. *Estabilidade* apresentou frequência 18 e ordem de evocação 1,7, enquanto *Di-*

nheiro e *Oportunidade*, apresentaram mesma frequência 9 e ordem de evocação 1,2. Os elementos *Qualidade de Vida*, e *Progresso* apresentaram baixa ordem de evocação e frequência.

A zona de contraste apresentou *Responsabilidade*, e *Ajudar minha família*, prontamente evocados, com ordem de evocação 1,2 e 1,7, porém com frequências muito baixas. Ou seja, apesar de evocados rapidamente, estes não aparecem com tanta frequência. Isto quer dizer que, possivelmente, esses elementos traduzem o pensamento de algum subgrupo na amostra.

Encontra-se no quadrante destinado à primeira periferia, os elementos *Bem-estar* e *Necessidade* que apresentaram baixas frequências (9 e 7, respectivamente), porém foram evocados prontamente. Já a segunda periferia apresentou diversos elementos com baixa frequência e alta ordem de evocação, entre eles: *Futuro*; *Tranquilidade*, *Crescimento*; e *Desenvolvimento*. Estes elementos foram lembrados de modo tardio e com pouca frequência.

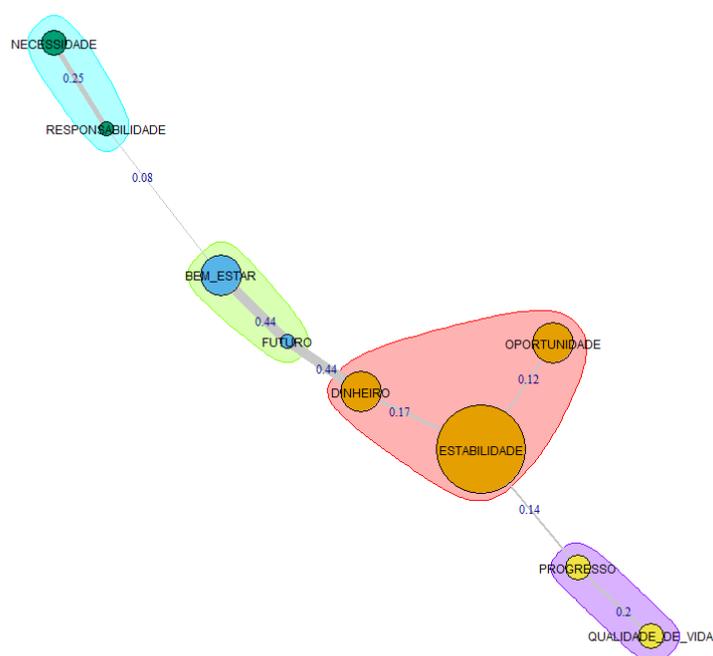
Tabela 1. *Análise prototípica do objeto Trabalho de refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos (n=63)*

		Ordem média de evocação (OME) ≤ 1,83					
		-			+		
		OME	F		OME	F	
Frequência ≤ 4		Estabilidade	1,7	18			
		Dinheiro	1,2	9			
		Oportunidade	1,2	9			
	+	Qualidade de Vida	1,8	6	Bem-Estar	2,1	9
		Progresso	1,5	6	Necessidade	1,9	7
		Responsabilidade	1,2	4	Futuro	2,8	4
		Ajudar minha Família	1,7	3	Tranquilidade	2,3	3
		Salário	1,7	3	Crescimento	2,7	3
		Quero Trabalhar	1,5	2	Desenvolvimento	2,2	3
		Esforço	1,5	2	Independência	2,5	2
					Liberdade	3,0	2
					Difícil	2,0	2
					Estabilidade e Educação dos meus filhos	3,0	2
					Compromisso	2,0	2
				Superação	2,5	2	
				Ajuda	2,0	2	
				Busco Trabalho			

### 3.1.2. Análise da similitude

Esta análise confirmou os prováveis elementos centrais apresentados na análise prototípica, destacando os cognemas *Estabilidade*, *Dinheiro*, *Futuro* e *Bem-estar*.

A análise da similitude demonstrou quatro grupos de respostas, denotando centralidade para o grupo que apresenta o elemento *Estabilidade*. Este elemento possui conexões com *Oportunidade*, *Progresso* e em destaque, com o elemento *Dinheiro* (0,17). Por sua vez, *Dinheiro* possui forte conexão com o elemento *Futuro* (0,44), também fortemente ligado a *Bem-estar*. Apesar de não demonstrar centralidade, destaca-se também a forte conexão entre os elementos *Necessidade* e *Responsabilidade* (0,25). Desta forma, a análise de similitude complementou a análise prototípica e confirmou a centralidade do elemento *Estabilidade*.



## 3.2. Representação Futuro

### 3.2.1. Análise prototípica

A tabela 2, gerada pelo software iramuteq referente às evocações dos refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos acerca do objeto *Futuro*, teve seu ponto de corte de frequência  $\leq 4$  e de ordem média de evocação  $\leq 1,89$ . Os possíveis candidatos a elementos centrais da representação de Futuro foram os elementos que apresentaram maiores frequências e baixa ordem de evocação, destacando *Estabilidade* com frequência 12 e ordem de evocação 1,6, e *Família*, com frequência 8 e ordem de evocação 1,8. Os demais elementos do quadrante *Paz*, *Qualidade de vida* e a expressão *Ajudar minha família* acompanharam os elementos mais fortes citados acima, apresentando mesma frequência similar, com ordem de evocações, respectivamente, 1,3; 1,5 e 1,8. A zona de contraste apresentou diversos elementos, prontamente evocados (destaque para *Melhoria* e *Viajar*), com ordem de evocação  $\leq 1,89$ , porém com frequências muito baixas. Ou seja, apesar de evocados de forma rápida, não aparecem com tanta frequência no corpus. Estes termos indicam o pensamento de um possível subgrupo na amostra.

Os quadrantes periféricos incluíram os termos evocados tardiamente. Na primeira periferia, encontrou-se *Tranquilidade* e *Felicidade* com frequências 9 e 7, respectivamente, porém com ordens de evocação superior ao corte estabelecido (2,3 e 2,6). Na segunda periferia foram enumerados diversos cognemas com baixa frequência e alta ordem de evocação, tendo destaque para *Esperança*. Os elementos deste quadrante foram citados tardiamente e não foram lembrados com tanta frequência.

Tabela 2. Análise prototípica do objeto Futuro de refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos (n= 63)

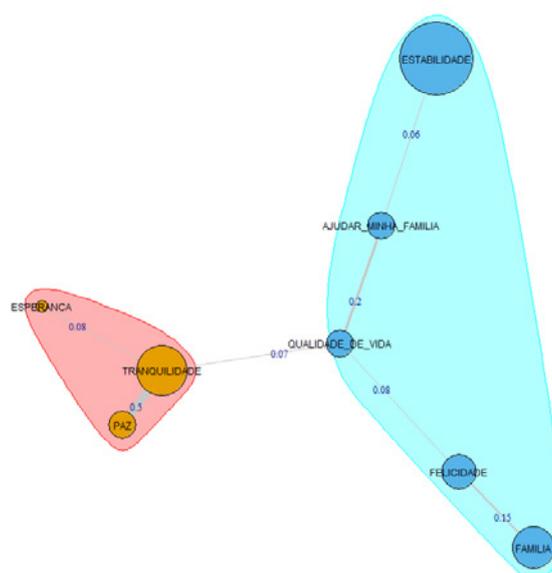
		Ordem média de evocação (OME) ≤ 1,89			
		-		+	
Frequência ≤ 4		OME	F		
		+	Estabilidade	1,6	12
	Família	1,8	8		
	Paz	1,3	6		
	Qualidade de Vida	1,5	6	Tranquilidade	OME 2,3 F 9
	Ajudar minha Família	1,8	6	Felicidade	OME 2,6 F 7
-	Melhoria	1,3	3	Esperança	2,2 4
	Viajar	1,5	2	Harmonia	3,0 3
	Incerto	1,0	2	Trabalho	2,7 3
	Sucesso	1,5	2	Estudar	2,0 3
	Casa Própria	1,5	2	Independência	2,0 2
	Amor	1,5	2	Crescimento Pessoal	3,0 2
	Falar	1,5	2	Segurança	2,0 2
	Progresso	1,5	2		

### 3.2.2. Análise da similitude

A análise da similitude (figura 2) demonstrou dois grandes grupos de respostas e apresentou como possíveis elementos centrais *Qualidade de Vida* e *Tranquilidade*. Estes elementos apresentaram diversas conexões com outros elementos, evidenciando suas condições centrais. O elemento *Tranquilidade* mostrou-se fortemente conectado ao elemento *Paz* (0,5) e também a *Esperança* (0,08), além de estar associado a *Qualidade de Vida* (0,07). Entretanto, *Qualidade de Vida* demonstrou significativas conexões com os demais elementos, apresentando forte conexão com a expressão *Ajudar minha família* (0,2) e ao elemento *Felicidade* (0,08). *Felicidade* mostrou-se ligada a *Família* (0,15), assim como *Ajudar minha família* esteve conectado em *Estabilidade*.

Sendo assim, a análise da similitude complementou os resultados da análise prototípica e apresentou o cognema *Qualidade de Vida* à centralidade.

Figura 2. Análise de similitude do objeto Futuro



## 4. Discussão

Primeiramente, é importante ressaltar que os resultados correspondem a etapa exploratória do estudo de representações sociais de sujeitos venezuelanos refugiados e solicitantes de refúgio, realizada pelo Projeto de extensão: Socialização e Inclusão Social do Instituto de Psicologia da UERJ junto ao Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio (PARES) Cáritas RJ. A indicação é a aplicação posterior de outras técnicas de centralidade confirmatórias para analisar esses resultados iniciais.

Na estrutura dos elementos apresentados na representação social do trabalho pelos refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos, os resultados deste estudo mostram uma centralidade em *Estabilidade*, a qual se manteve relacionada com *Progresso*, *Oportunidade* e *Dinheiro*. *Dinheiro*, por sua vez, esteve fortemente associado a *Futuro*. Estas conexões com a centralidade no elemento *Estabilidade* evidenciam que este grupo compreende o trabalho no território de acolhida enquanto um recurso de sobrevivência financeira para uma possível estabilidade e futuro no país local. O elemento *Oportunidade* embutido na compreensão sobre o trabalho deste grupo, implica também nas condições de inclusão social.

Segundo Ayres *et al.* (2018) é importante trazer para o debate as dificuldades sociais encontradas pelos migrantes no território de acolhida. Estas podem ser identificadas como barreiras que atravessam o ingresso no mercado de trabalho, que vão desde a comprovação da sua escolaridade e experiência profissional, até a regularização financeira, como a abertura de conta no banco. Diante deste cenário, refugiados e solicitantes de refúgio, muitas vezes, ficam à mercê de condições de trabalho miseráveis e de exploração humana. Os dados sociodemográficos confirmam esta realidade na medida em que apenas 40% possuíam trabalho, sendo que 31% atuavam de modo informal ou autônomo.

A busca por uma oportunidade de trabalho, por um emprego dentro de uma nova estrutura social, desencadeia mais inseguranças em sujeitos que já se encontram vulneráveis. O trabalho possui papel social, na medida em que ter um emprego pode conceder um status social, portanto, um reconhecimento da sociedade. Estar empregado, com carteira assinada, transforma o indivíduo em cidadão. Reitera-se o caráter inclusivo do trabalho, na medida em que exercer um trabalho propicia o direito de sobreviver e ter um lugar na sociedade, ou seja, ter visibilidade social. (De Masi, 2000; Dejours 1993; 2014).

Ao abordar sobre os desafios e a situação de vulnerabilidade que refugiados e solicitantes de refúgio se encontram em um novo país, Ayres *et al.* (2018) destacam a perda da identidade social destes sujeitos que se defrontam com uma nova realidade, deixando para trás uma vida repleta de sentido e papéis assumidos, como estar empregado, ter uma família e estar inserido em um grupo social. Para os autores, a perda da identidade social “talvez retrate a perda mais importante da vida dessas pessoas” (Ayres *et al.*, p. 262).

Sendo assim, a representação social de Futuro deste grupo evidencia que o futuro no território de acolhida, para eles, está associado a uma *Qualidade de Vida* que reflete uma expectativa de mudança da situação que viveram em seus países de origem. Este elemento está envolvido por *Tranquilidade*, *Paz*, *Felicidade* e *Família*. Ressalta-se que a *Qualidade de Vida* está conectada a expressão *Ajudar minha Família*, que implica em uma ajuda financeira ou em promover condições de trazê-los ao território local. Estes sujeitos percebem oportunidades para estabelecerem raízes com a manutenção e a construção de novos vínculos no Rio de Janeiro.

Face aos resultados, as conexões demonstram a instrumentalidade da representação social do trabalho que se manteve associada a representação de Futuro, se configurando

enquanto recurso para atingir determinada condição social. Os dados apresentados assinalam estar relacionados com a temática da inclusão social, e portanto, com o processo de socialização dessa população, na medida em que apontam a função social do trabalho.

## 5. Considerações finais

Os resultados indicaram que ter uma oportunidade de trabalhar com expectativas de trazer sua família, exemplifica o processo de escolha em se manter no Rio de Janeiro. Os elementos fundamentais *Estabilidade* e *Qualidade de vida*, expressados nas representações sociais, estiveram associados a: *Progresso, Oportunidade e Dinheiro; Ajudar a Família; Felicidade e Tranquilidade*. Neste sentido, é possível afirmar que os refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos assistidos pelo PARES Cáritas RJ percebem o território da acolhida caracterizado por uma cultura de paz, identificada tanto na legislação brasileira como no atendimento aos objetivos do PARES Cáritas RJ de Acolhimento, Proteção Legal e Integração Local.

Apesar das políticas e programas públicos, instituições e organizações representantes da Sociedade civil, atuantes na temática do refúgio no Brasil, a situação dos refugiados e solicitantes de refúgio têm se mostrado complexa, considerando o quadro de vulnerabilidade social existente no mundo contemporâneo. Por mais que refugiados e solicitantes de refúgio sejam contemplados pelas políticas públicas vigentes, o processo burocrático de regulamentação para a inclusão e a falta de informação de grande parte da sociedade a respeito dos direitos dos refugiados, promovem grandes dificuldades de inserção social. Estas dificuldades podem ser identificadas como barreiras que atravessam o acesso às oportunidades de emprego, moradia e educação, como também promovem a marginalização e a xenofobia (Ayres *et al.*, 2018).

Sendo assim, é necessário fomentar uma educação para a paz de contexto internacional, respeitando os direitos humanos, a democracia e lutar contra qualquer tipo de discriminação e pobreza, através de um desenvolvimento sustentável capaz de beneficiar a todos, respeitando a dignidade humana. Ratificando o que já foi explicitado, em 1999 pela ONU, em seu manifesto sobre o caminho para uma cultura de paz.

Neste sentido, a pesquisa apresentada corrobora a importância da constituição das parcerias entre Sociedade civil e Estado na realização de projetos e programas voltados para o combate à exclusão e a transformação social em relação às questões do refúgio. O Projeto Socialização e inclusão social – movimento dos grupos sociais do IP da Uerj, desde 2018, desenvolve diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão, como Pesquisas e Oficinas com foco no tema Trabalho, atuando junto ao PARES Cáritas RJ, ao PVP - Migrantes, à Cátedra Sérgio Vieira de Mello e contando com a participação de estudantes da graduação e pós-graduação do IP da UERJ. Como destacado por Ayres “uma parceria construída a partir de valores e crenças, que deve ser alicerçada por algumas condições essenciais de: transparência, relações de confiança, reconhecimento da diversidade e compromisso, através do convite à ação coletiva e à corresponsabilidade” (Ayres, 2012, pp. 154-155). Portanto, através de um olhar integrado para o tema (Ayres, 2012; 2018), a proposta é partir para articulação de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, buscando consolidar os diferentes coletivos da sociedade para ação.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental a participação de toda sociedade em um diálogo contínuo sobre as questões que permeiam o refúgio, consolidando um espaço demo-

crático, de ação coletiva. O princípio é a construção de parcerias em um percurso delineado pelo empoderamento de todos os atores sociais para uma mudança efetiva no cenário atual das migrações forçadas.

## 6. Referências bibliográficas

- Abric, Jean-Claude (2003) Abordagem estrutural das Representações Sociais: desenvolvimentos recentes, en Campos, Pedro Humberto y Loureiro, Marcos Corrêa (Orgs.) *Representações Sociais e práticas educativas*, Goiânia, UCG, pp. 37-57.
- Abric, Jean-Claude (2000) A abordagem estrutural das representações sociais, en Moreira, Antonia y Oliveira, Denize (Orgs.) *Estudos interdisciplinares de representação social*, Goiânia, AB.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2020a) *Global Trends Forced Displacement In 2019*, en: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2020b) *Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados*, en: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2020c) *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)*, en: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados) [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2020d) *Protegendo refugiados no Brasil e no mundo 2020*, en: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final\\_site.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final_site.pdf) [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2020e) *Venezuela*, en: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2020f) *Apresenta a Cátedra Sérgio Vieira de Mello* en: <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2019) *ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer milhares de venezuelanos como refugiados*, en: <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/06/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2018) *Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado*, en: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual\\_de\\_procedimentos\\_e\\_crit%C3%A9rios\\_para\\_a\\_determina%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_condi%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_refugiado.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf) [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Anistia Internacional (2019) *Hunger for justice: crimes against humanity in Venezuela*, en: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/venezuela-hunger-for-justice-eng.pdf> [Consultado el 25 de enero de 2021].

- Ayres, Heloisa Helena Ferraz (2018) Research and Integrated Intervention - a trajectory for new values in the field of work and organizations, en: Baumane-Vitolina, I. (Ed), *Organization 4.1: the role of values in the organizations of the 21st century*, Trieste, Itália, International Society for the Study of Work & Organizational Values 2018, pp. 250-259.
- Ayres, Heloisa Helena Ferraz (2012) *Conselhos de Gestão de Parques: grupos sociais em movimento?* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Ayres, Heloisa Helena Ferraz; Hoefel, Maria da Graça; Andrade, Regina; Oliveira, Wallace; Santos, Carine, Nunes, Diego; Gama, Larissa y Oliveira, Nohainne (2018) Work, Refuge and Social Inclusion. En: Baumane-Vitolina, I. (Ed), *Organization 4.1: The role of values in the organizations of the 21st century* (pp. 261-271). Trieste, Itália: International Society for the Study of Work & Organizational Values 2018.
- Brasil (2019a) *Nota Técnica nº 03 de 2019*, Processo nº 08018.001832/2018-01, Estudo de país de origem Venezuela. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, en: [https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei\\_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf](https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf) [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Brasil (2019b) *Operação Acolhida leva dignidade a venezuelanos refugiados*, en: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2019/12/operacao-acolhida-leva-dignidade-a-venezuelanos-refugiados> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Brasil. (s.d.a) *Operação Acolhida: base legal*, en: <https://www.gov.br/acolhida/base-legal/> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Brasil. (s.d.b) *Operação Acolhida: histórico*, en: <https://www.gov.br/acolhida/historico/> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Castles, Stephen (2010) Entendendo a imigração global – uma perspectiva desde a transformação social, *Revista Internacional de Mobilidade Humana*, Vol. 18(35), pp. 11- 43.
- Castro, Karolina; Silva, Antouan Matheus; Vallim, Alberto Ribeiro y Nakamura, Luiza da Silva (2009) *Construindo juntos o nosso futuro comum: Guia de estudos*, en: <http://www.sinus.org.br/preparacao/GuiaACNURInternet.pdf> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- Comissão das Comunidades Europeias (2003) *Relatório conjunto sobre a inclusão social*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões dos Planos de Ação Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005), en: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0773:FIN:PT:PDF> [Consultado el 25 de enero de 2021].
- De Masi, Domenico (2000) *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Dejours, Christophe; Dessors, Dominique y Desriaux, François (1993) Por um trabalho, fator de equilíbrio (Maria Irene S. Betiol, Trad.). *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 33(3), pp. 98-104. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901993000300009>
- Dejours, Christophe; Abdoucheli, Elisabeth y Jayet, Christian (2014) *Psicodinâmica do trabalho - Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*, São Paulo, Atlas.
- Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 (1938) *Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional e institui o Conselho de Imigração e Colonização*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ministério da Justiça.

- Flament, Claude (1985) L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les représentations. *Informatique et Sciences Humaines*, n° 67, pp. 41-58.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) *Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2018*, en: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf> [Consultado el 26 de enero de 2021].
- Jiménez Bautista, Francisco (2020) Cultura de Paz y Noviolencia, en Martín, Lozano Martín, Antonio M. (Ed). *Los conflictos en el ámbito universitario*, Madri, Espanha, Dykinson Editorial.
- Galtung, Johan (2005) Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-européia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 71, pp. 63-75. <https://doi.org/10.4000/rccs.1018>
- Jodelet, Denise (2001) Representações sociais: um domínio em expansão, en Jodelet, Denise (Org.) *As representações sociais*, Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 17- 44.
- Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 (2018) Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ministério Da Defesa; Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (2017) Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Casa Civil Da Presidência Da República; Gabinete De Segurança Institucional Da Presidência Da República; Ministério Da Fazenda; Advocacia-Geral Da União; Ministério Da Justiça E Segurança Pública; Ministério Das Relações Exteriores.
- Lei nº 9.474, de 22 de julho 1997 (1977) Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ministério da Justiça.
- Martin-Baró, Ignacio (1982) *Accion e Ideologia. Psicologia Social desde Centroamérica*, San Salvador, UCA.
- Moscovici, Serge (2003) *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis, Vozes, pp. 29-109.
- Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro (2017) Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, *Revista Brasileira De Estudos De População*, Vol. 34(1), pp. 171-179.
- Oliveira, D.; Marques, S.; Gomes, A. y Teixeira, M. (2005) Análise das Evocações Livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais, en Moreira, Antonia Silva; Camargo, Brígido Vizeu; Jesuíno, Jorge Correia y Nóbrega, Sheva Maia (Orgs.) *Perspectivas Teórico- Metodológicas em Representações Sociais*, João Pessoa, EDUEPB, pp. 573-603.
- Organização das Nações Unidas (2020) *OIM-Organização Internacional das Migrações*, en <https://nacoesunidas.org/agencia/oim/> [Consultado el 26 de enero de 2021].
- Organização das Nações Unidas (2000) *Manifesto 2000*, en <http://www3.unesco.org/manifesto2000> [Consultado el 26 de enero de 2021].
- Organização das Nações Unidas (1999) *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz*, en [www.comitepaz.org.br/dec\\_prog\\_1.htm](http://www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm) [Consultado el 26 de enero de 2021].
- Organização Internacional do Trabalho (2020) *Trabalho decente*, em <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm> [Consultado el 26 de enero de 2021].

- Organização Internacional do Trabalho (2016) *Agenda Nacional do Trabalho decente*, em <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm> [Consultado el 26 de enero de 2021].
- Polícia Federal (2019) *Imigração Venezuelana/Brasil*, en [http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentacao\\_agosto\\_2019.pdf](http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentacao_agosto_2019.pdf) [Consultado el 26 de enero de 2021].
- Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio CÁRITAS RJ (2020) *Números do Refúgio*, en <http://www.caritas-rj.org.br/numeros-refugio-no-brasil.html> [Consultado el 26 de enero de 2021].
- Sá, Celso Pereira (2011) Sobre o pensamento social e sua gênese: Algumas impressões, en Almeida, Ana Maria de Oliveira; Santos, Maria de Fátima de Souza; Trindade, Zeide Araújo (Orgs.) *Teoria das representações sociais: 50 anos*, Brasília, Technopolitik, pp. 283-302.
- Sá, Celso Pereira (2007) As representações sociais na história recente e na atualidade da psicologia social, en Jacó-Vilela, Ana Maria; Ferreira, Arthur Arruda Leal y Portugal, Francisco Teixeira (Orgs.) *História da psicologia: rumos e percursos*, Rio de Janeiro, Nau Ed., pp. 587-606.
- Sá, Celso Pereira (1998) *A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*, Rio de Janeiro, Ed. Uerj.
- Sá, Celso Pereira (1993) Representações Sociais: O conceito e o estado atual da teoria, em Spink, Mary-Jane (Org.). *O conhecimento no cotidiano: As Representações Sociais na perspectiva da psicologia social*, São Paulo, Brasiliense.
- Silva, Daniela Florêncio (2017) O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas, *Revista Brasileira De Estudos De População*, Vol. 34(1), pp. 163-170. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0001>
- Souza, Natalia Marim Bazilio y Obregón, Marcelo Fernando Quiroga (2018) A crise e o refúgio dos venezuelanos para o Brasil: A evolução histórica da política brasileira para refugiados, *Revista de Derecho y Cambio Social*, Vol. 53(1), pp. 1-13.
- Vala, Jorge (2013) Pensamento social e Representações Sociais. In: Vala, Jorge y Monteiro, Maria Benedicta (Org.) *Psicologia social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 569-602.
- Wolter, Rafael Peclý y Wachelke, João (2013) Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, Vol. 15(2), pp. 119-129.

Cómo citar este artículo • How to cite this paper

---

Ferraz Ayres, Heloisa H.; De Oliveira Santiago, Gabriela; Da Silva Profilo, Thamara L. (2020) Migrações forçadas - Venezuela/BR-Rio de Janeiro: o processo de socialização e a representação social do trabalho, *Revista de Cultura de Paz*, Vol. 4, pp. 339-361.

---

Sobre los autores • About the Authors

---

Heloisa Helena Ferraz Ayres é Professora Adjunta da Universidade Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ). Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ). Pós-doutorado pela Universidade de Paris 13. Coordenadora do Programa em Psicologia Social, do Trabalho e Organizacional (LaTIS-IP/UERJ). Pesquisadora dos projetos: Áreas Protegidas/Inclusão Social-EICOS/UFRJ e Vidas Paralelas - Migrantes: Perspectivas Brasil-França - CAPES/COFECUB. Membro da International Society for the Study of Work & Organizational Values. Seus estudos, pesquisas e intervenções têm como foco o trabalho, a inclusão social e a sustentabilidade.

Gabriella de Oliveira Santiago é Mestre e Doutoranda em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Psicologia do Trabalho e Organizacional. Integra os grupos de pesquisa: Vidas Paralelas - Migrantes: Perspectivas Brasil-França-CAPES/COFECUB e o Programa em Psicologia Social, do Trabalho e Organizacional (LaTIS-IP/UERJ), centrados nos estudos e pesquisas nas relações de trabalho, saúde mental, organizações e sociedade.

Thamara Luciana da Silva Profilo é mestranda em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Participante do Programa de Bolsas do Santander Universidades (UERJ-Universidade do Porto). Integra os grupos de pesquisa: Vidas Paralelas - Migrantes: Perspectivas Brasil-França-CAPES/COFECUB e o Programa em Psicologia Social, do Trabalho e Organizacional (LaTIS-IP/UERJ), centrados nos estudos e pesquisas nas relações de trabalho, saúde mental, organizações e sociedade.